

Prova de Certificação de Operadores do Mercado de Energia Elétrica – 2011

29/10/2011 – 14 horas

Esta prova consta de **56 questões** em forma de teste de múltipla escolha (peso 3) e de uma questão discursiva (peso 1).

Instruções Gerais

- Aguarde autorização do fiscal para abrir este caderno de questões.
- Verifique se o seu nome está correto na etiqueta de identificação da prova.
- Assine a capa da prova, no campo apropriado.
- Duração da prova: **4 horas**. O tempo deve ser controlado pelo candidato.
- A saída do local do exame é permitida a partir das **15h30min**.
- A prova é **sem consulta**. Não é permitido o uso de outros materiais estranhos à prova nem conversa entre candidatos. Não é permitida a manipulação de celular ou de outros equipamentos eletrônicos durante a prova.

Instruções para as Questões de Múltipla Escolha

- Cada teste apresenta 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
- Para cada teste, a resposta deve ser assinalada na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Preencha completamente o alvéolo correspondente à resposta julgada correta (■).
- Não deixe questões em branco.

Instruções para a Questão Discursiva

- Ao final da prova (pg. 23), existe uma questão discursiva e espaço para a elaboração do rascunho (pgs. 24 e 25), que **não será considerado na correção**.
- O texto definitivo deve ser transcrito, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para as **folhas avulsas pautadas**.

Etiqueta de identificação

Assinatura do candidato: _____

RG: _____ CPF: _____

Realização:



Apoio:



1) Legislação Federal

- 01.** O Artigo 15 da Lei nº 9.074/95 autoriza os consumidores existentes na data de sua publicação a adquirir energia, sem exclusividade, da concessionária que fisicamente os conecta. Para tanto, os consumidores devem possuir carga acima de 10.000 kW e ser atendidos em nível de tensão
- (a) inferior a 69 kV.
 - (b) igual a 69 kV, com tolerância de até 13%.
 - (c) – qualquer que seja – e optar por contratar seu fornecimento com produtor independente de energia elétrica.
 - (d) que não ultrapasse a 69 kV e optar por contratar todo o seu fornecimento com autoprodutor de energia elétrica.
 - (e) igual ou superior a 69 kV e optar por contratar todo ou parte do seu fornecimento com produtor independente de energia elétrica.
- 02.** O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, teve por objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional, com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida, com base naquelas fontes, no Sistema Interligado Nacional. Esse programa previa a implantação de 3.300 MW de capacidade, em instalações de fontes alternativas
- (a) de qualquer natureza, sendo assegurada a compra, pela Eletrobrás, da energia a ser produzida no período de 10 anos.
 - (b) de qualquer fonte térmica, sendo assegurada a compra, pela Eletrobrás, da energia a ser produzida no período de 20 anos, renovável por igual período por autorização do Ministério de Minas e Energia.
 - (c) – eólicas, biomassa e PCH's – distribuídas igualmente, com 1.100 MW para cada modalidade, sendo assegurada a compra, pela Eletrobrás, da energia a ser produzida no período de 20 anos.
 - (d) – eólicas, biomassa e PCH's – distribuídas igualmente, com 1.100 MW para cada modalidade, sendo assegurada a compra, pelo mercado livre, da energia a ser produzida no período de 20 anos.
 - (e) – solar e eólica – distribuídas igualmente com 1.650 MW a cada modalidade, sendo assegurada a compra, pela Eletrobrás, da energia a ser produzida no período de 10 anos, renovável por igual período por autorização do Ministério de Minas e Energia.

- 03.** A finalidade da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é prestar serviços na área de estudos e pesquisas
- I. relacionadas exclusivamente com energia elétrica, não considerando as demais formas de energia, que são consideradas por outras empresas específicas de pesquisa.
 - II. destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outros.
 - III. destinadas a subsidiar o Ministério de Minas e Energia a elaborar a matriz do setor energético, bem como prover o desenvolvimento de produção da energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outros.

Está correto o que se indica em

- (a) I, apenas.
 - (b) II, apenas.
 - (c) III, apenas.
 - (d) II e III, apenas.
 - (e) I, II e III.
- 04.** O Decreto nº 5.175/04, em seu Artigo 2, compõe o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), presidido pelo Ministro de Minas e Energia e com a participação de representantes desse Ministério,
- (a) além de titulares da Aneel, Eletrobrás, CCEE e ONS.
 - (b) com quatro membros, além de titulares da Aneel, ANP, CCEE, EPE e ONS.
 - (c) também do Ministério do Planejamento, além de titulares da Aneel.
 - (d) além de somente os titulares da Aneel e Eletrobrás.
 - (e) também do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, além de titulares do ONS.
- 05.** O Decreto nº 5.081/04, em seu Artigo 1º, especifica as responsabilidades do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, nos termos do Artigo 13 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, quais sejam: executar, para o Sistema Interligado Nacional, as atividades de coordenação e controle da
- (a) operação da geração, da transmissão e da distribuição de energia elétrica.
 - (b) operação da geração e da transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização do Ministério de Minas e Energia.
 - (c) operação da geração e da transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica.
 - (d) operação da geração e da transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.
 - (e) fiscalização da operação, sob a regulação da Eletrobrás.

- 06.** O Parágrafo 1º do Artigo 2º da Lei nº 10.848/04 especifica que os riscos hidrológicos na contratação regulada serão assumidos pelos geradores nos Contratos
- (a) de Qualidade de Energia, e pelos compradores nos Contratos de Disponibilidade de energia, sendo permitido o repasse às tarifas dos consumidores finais.
 - (b) de Qualidade de Energia, e pelos compradores nos Contratos de Disponibilidade de energia, não sendo permitido o repasse às tarifas dos consumidores finais.
 - (c) de Qualidade de Energia, e pelos compradores nos Contratos de Disponibilidade de energia, não sendo permitido o repasse às tarifas dos consumidores livres.
 - (d) de Qualidade de Energia, apenas quando o nível de chuvas for maior do que aquela que leva à formação da curva de aversão ao risco, e pelos compradores nos Contratos de Disponibilidade de energia, não sendo permitido o repasse às tarifas dos consumidores finais.
 - (e) com empresas de mesmo grupo econômico, e pelos compradores nos Contratos de Disponibilidade de energia, sendo permitido o repasse às tarifas dos consumidores finais.
- 07.** O Artigo 10 da Lei nº 10.848/04 estabelece que o inadimplemento pelas concessionárias, permissionárias ou autorizadas no recolhimento das parcelas das quotas anuais de RGR, Proinfa, CDE, CCC, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e outros encargos tarifários criados por lei, bem como no pagamento pela aquisição de energia elétrica contratada de forma regulada e da Itaipu Binacional, acarretará a impossibilidade de
- (a) revisão de tarifas, assim como de recebimento de recursos provenientes do BNDES.
 - (b) reajuste tarifário, exceto o decorrente de uma revisão extraordinária, assim como de recebimento de recursos provenientes do BNDES.
 - (c) revisão de tarifas, assim como de recebimento de recursos provenientes do BNDES, da RGR, CDE e CCC.
 - (d) revisão tarifária extraordinária e de reajuste normais de seus níveis de tarifas.
 - (e) revisão, exceto a extraordinária e de reajuste de seus níveis de tarifas, assim como de recebimento de recursos provenientes da RGR, CDE e CCC.
- 08.** O Parágrafo 1º do Artigo 10 do Decreto nº 5.163/04 estabelece que a duração dos Contratos de Comercialização da Energia Elétrica no Ambiente Regulado, decorrentes de leilões de energia, será de
- (a) 15 a 30 anos (leilões A-1) dos empreendimentos de geração existentes e, dos novos empreendimentos (leilões A-3 e A-5), de 5 a 15 anos, dependendo da duração de suprimento de cada produto demandado pelas Unidades Supridoradas nos leilões a que estarão sujeitas, sendo a comercialização realizada no âmbito da CCEE.
 - (b) 5 a 15 anos (leilões A-1) dos empreendimentos de geração existentes e, dos novos empreendimentos (leilões A-3 e A-5), de 15 a 30 anos, dependendo da duração de suprimento de cada produto demandado pelas Unidades Supridoradas nos leilões a que estarão sujeitas, sendo a comercialização realizada no âmbito da CCEE.
 - (c) 5 a 15 anos (leilões A-3 e A-5) dos empreendimentos de geração existentes e, dos novos empreendimentos, de 15 a 30 anos, dependendo da duração de suprimento de cada produto (leilões A-1) demandado pelas Unidades Supridoradas nos leilões a que estarão sujeitas, sendo a comercialização realizada no âmbito da CCEE.
 - (d) 5 a 15 anos (leilões A-1) dos empreendimentos de geração existentes e, dos novos empreendimentos (leilões A-3 e A-5), de 15 a 30 anos, sendo a comercialização realizada no âmbito da Aneel.
 - (e) 5 a 15 anos (leilões A-3 e A-5) dos empreendimentos de geração existentes e, dos novos empreendimentos (leilões A-1), de 15 a 30 anos, sendo a comercialização realizada no âmbito da Aneel.

2) Estrutura Regulatória

09. Tendo em vista o despacho de recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico, é correto afirmar:

- (a) É atribuição do ONS decidir sobre esse despacho, com base em estudos técnicos do DMSE.
- (b) O custo da usina despachada é considerado na formação do Preço de Liquidação de Diferenças.
- (c) O custo desse despacho é incorporado ao Encargo de Serviço do Sistema.
- (d) A usina termelétrica despachada recebe a diferença entre seu Custo Variável Unitário e o Preço de Liquidação de Diferenças médio do mês de despacho.
- (e) O custo desse despacho é rateado por agentes de geração e consumo, em igual proporção.

10. Com relação ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), é correto afirmar:

- (a) É um órgão de assessoramento do Presidente da República, formado somente por Ministros de Estado.
- (b) Tem a função de organizar os leilões de energia no Ambiente de Comercialização Regulado.
- (c) Propõe critérios detalhados para garantir o suprimento de energia elétrica e de derivados de petróleo.
- (d) Deve promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.
- (e) Desconsidera, em suas diretrizes, os interesses do consumidor e a proteção do meio ambiente.

11. Considere a tabela abaixo.

Organismo:	Função:
A. CNPE	1. Administrar o mercado
B. Aneel	2. Definir diretrizes
C. MME	3. Operar o sistema
D. CCEE	4. Regular o mercado
E. EPE	5. Formular políticas
F. ONS	6. Promover estudos

Em relação à política energética nacional, é correto realizar as seguintes associações:

- (a) A-2, B-4, C-5, D-1, E-6, F-3.
- (b) A-2, B-5, C-4, D-1, E-6, F-3.
- (c) A-4, B-2, C-5, D-6, E-1, F-3.
- (d) A-4, B-2, C-6, D-5, E-3, F-1.
- (e) A-5, B-4, C-2, D-3, E-6, F-1.

12. Sobre as atribuições da Aneel, é correto afirmar:

- (a) Pode apenas efetuar convênios para delegação de atribuições com agências estaduais exclusivas do setor de energia elétrica.
- (b) Delega atribuições às agências estaduais, com o objetivo de agilizar e aproximar suas ações junto à sociedade.
- (c) Pode delegar as funções de fiscalização e regulação às agências estaduais.
- (d) É obrigada a delegar atribuições para as agências estaduais constituídas por lei estadual.
- (e) Possui escritórios regionais em estados onde não há convênio com agências locais.

13. Em relação ao Custo Marginal de Operação, é correto afirmar:

- (a) Para a sua definição, o ONS utiliza uma configuração do sistema elétrico com horizonte de cinco anos.
- (b) É definido pelo ONS e utilizado para liquidar as diferenças no Mercado de Curto Prazo.
- (c) Representa o custo de geração de energia elétrica da usina de maior custo disponível no sistema.
- (d) Para seu cálculo, é utilizada uma função de custo do déficit com um patamar.
- (e) Nunca pode ser nulo, pois sempre há usinas térmicas de custo variável maior que zero sendo despachadas por inflexibilidade operativa.

14. Com relação às atribuições da CCEE, é **INCORRETO** afirmar que ela

- (a) efetua a contabilização dos montantes de energia elétrica comercializados no Mercado de Curto Prazo.
- (b) realiza a medição e o registro dos dados de geração e consumo de todos os agentes.
- (c) calcula a Garantia Física das usinas de geração participantes do mercado.
- (d) apura o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) em cada submercado.
- (e) mantém o registro de todos os contratos fechados nos Ambientes de Comercialização Livre e Regulado (ACL e ACR).

15. Em um determinado mês, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico se reuniu e verificou a possibilidade de um período seco mais severo que o esperado para o ano, que poderia comprometer a segurança do abastecimento de energia elétrica. Baseado nisso, esse Comitê poderia

- (a) despachar usinas fora da ordem de mérito econômico.
- (b) despachar usinas térmicas emergenciais disponíveis no Sistema Interligado Nacional.
- (c) aprovar a importação de gás natural adicional da Bolívia pela Petrobras.
- (d) solicitar ao ONS a alteração dos níveis-meta dos reservatórios dos quatro submercados.
- (e) decretar racionamento de energia em todo o País.

16. Com relação às atribuições da Aneel, é **INCORRETO** afirmar que ela

- (a) regula e fiscaliza a atividade de comercialização de energia elétrica.
- (b) promove leilões de energia no Ambiente de Comercialização Livre.
- (c) realiza mediações de conflitos entre agentes do setor elétrico.
- (d) deve garantir tarifas justas.
- (e) deve estimular a competição entre os operadores do setor elétrico.

3) Resoluções Aneel

17. O artigo 1º da Resolução da Aneel nº 376/09, em seu parágrafo único, define como Consumidor Livre
- (a) o agente da CCEE, da categoria de comercialização, responsável pela unidade consumidora enquadrada nas condições estabelecidas nos Artigos 15 e/ou 16 da Lei nº 9.074 de 1995.
 - (b) qualquer agente da CCEE que atenda às condições estabelecidas nos Artigos 15 e/ou 16 da Lei nº 9.074 de 1995.
 - (c) o consumidor potencialmente livre que atenda às condições estabelecidas nos Artigos 15 e/ou 16 da Lei nº 9.074 de 1995.
 - (d) qualquer consumidor com demanda superior a 10.000 kW.
 - (e) somente alguns tipos de consumidores com demanda superior a 3.000 kW.
18. Analise as seguintes afirmações relacionadas com a Resolução da Aneel nº 167/05, em seu Artigo 2º, que estabelece que, na contratação de energia elétrica proveniente de geração distribuída,
- I. o agente de distribuição deverá optar por um processo de chamada pública.
 - II. deverão ser garantidas a publicidade, a transparência e a igualdade aos interessados na compra de energia elétrica proveniente de empresa de geração decorrente de desverticalização, com contratos registrados na Aneel e CCEE.
 - III. o agente de distribuição deverá optar pela compra de energia elétrica proveniente de empresa de geração participante do Proinfa e com contratos registrados na Aneel e CCEE.
- Sobre as afirmações, está correto o contido em
- (a) I, apenas.
 - (b) II, apenas.
 - (c) III, apenas.
 - (d) I e II, apenas.
 - (e) I, II e III.
19. A Resolução da Aneel nº 077/04 determina redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição e da Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão para os empreendimentos hidroelétricos com potência instalada menor ou igual a 1.000 kW, para os de geração caracterizados com PCH's, e para aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, destinados à produção independente ou autoprodução. Nesses casos, salvo algumas exceções, incide na produção e no consumo da energia comercializada, um desconto de
- (a) 20%.
 - (b) 30%.
 - (c) 40%.
 - (d) 50%.
 - (e) 60%.

20. A Resolução da Aneel nº 247/06, em seu Artigo 1º, estabelece as condições de elegibilidade ao Ambiente de Contratação Livre dos consumidores em geral e, em particular, dos chamados consumidores especiais, definindo que Consumidor Especial é o consumidor responsável por unidade consumidora ou por conjunto de unidades consumidoras do Grupo "A", integrante(s) do mesmo submercado no Sistema Interligado Nacional (SIN), reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW.

Tendo em vista essa definição, analise as afirmações relacionadas com essa definição, sobre o que o regulador entende por comunhão de direito.

- I. É o consumidor que representa um conjunto de consumidores que possui o mesmo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- II. É um conjunto de consumidores do mesmo acionista.
- III. É o consumidor que entrou na justiça para fazer valer seu direito de pertencer ao mercado livre.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) III, apenas.
- (d) I e II, apenas.
- (e) I, II e III.

21. A Resolução da Aneel nº 247/06 define as condições pelas quais um consumidor especial que, após aderir ao Ambiente de Contratação Livre, tenha resolvido retornar a ser atendido em condições reguladas. Esse consumidor

- (a) deverá obedecer a um aviso prévio à distribuidora dessa decisão, com 5 anos de antecedência, prazo necessário para que a concessionária compre a energia requerida pelo consumidor em um leilão A-5.
- (b) deverá obedecer a um aviso prévio de 180 dias, desde que obtenha previamente a anuência da Aneel.
- (c) não mais poderá retornar a ser atendido em condições reguladas após a adesão.
- (d) deverá obedecer a um aviso prévio de 180 dias, podendo a concessionária aceitar períodos inferiores a seu juízo exclusivo.
- (e) deverá obedecer a um prazo vinculado com o cronograma do próximo leilão de energia no qual a concessionária poderá comprar o volume necessário para esse atendimento.

22. A Resolução da Aneel nº 414/10 define as regras para que o cliente possa reduzir suas demandas contratadas. Analise as seguintes afirmações sobre as reduções de demanda:

- I. O consumidor tem o direito de solicitar reduções sempre que considerar necessário.
- II. O consumidor pode reduzir suas demandas contratadas uma vez a cada 12 meses, desde que com aviso prévio de 180 dias para a concessionária.
- III. A distribuidora deve ajustar o contrato vigente, a qualquer tempo, sempre que solicitado pelo consumidor, em razão da implementação de medidas de eficiência energética que resultem em redução da demanda de potência, comprováveis pela distribuidora, ressalvado o disposto no contrato acerca do ressarcimento dos investimentos não amortizados durante a vigência do contrato.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) III, apenas.
- (d) II e III, apenas.
- (e) I, II e III.

23. Considere os seguintes agentes:

- I. Agentes de geração com capacidade maior do que 50 MW.
- II. Autoprodutores com capacidade maior do que 50 MW, não despachados centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema, com instalações de geração conectadas diretamente aos pontos de consumo e que comercializem eventuais excedentes.
- III. Distribuidoras com mercado maior do que 500 GWh/ano.
- IV. Comercializadores com mercado maior do que 500 GWh/ano.

Considerando o fato de precisar pertencer ou não à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assinale a alternativa correta.

- (a) I não precisa pertencer à CCEE.
- (b) II não precisa pertencer à CCEE.
- (c) III não precisa pertencer à CCEE.
- (d) IV não precisa pertencer à CCEE.
- (e) I, II, III e IV precisam ser agentes da CCEE.

24. Analise as afirmações sobre o cliente potencialmente livre, conforme definido na Resolução da Aneel nº 414/10.

- I. O consumidor potencialmente livre é uma pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos Artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995; porém, ele não adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre.
- II. O cliente potencialmente livre depende de sentença judicial para exercer seu direito de migração ao Ambiente de Contratação Livre.
- III. O cliente potencialmente livre espera a mudança da lei para exercer seu direito de migração ao mercado livre.
- IV. Todos os consumidores serão potencialmente livres com o advento das Redes Elétricas Inteligentes (*Smart Grids*).

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
- (b) I e II, apenas.
- (c) II e IV, apenas.
- (d) I, II e III, apenas.
- (e) I, II, III e IV.

4) CCEE

25. Sobre a Governança, Estrutura e Administração da CCEE, é correto afirmar que

- (a) o Presidente do Conselho de Administração é indicado pelo conjunto de agentes da CCEE.
- (b) um agente pode participar das Assembleias Gerais em qualquer hipótese, tendo direito assegurado de voto nas deliberações.
- (c) a Assembleia Geral é composta por um grupo de agentes com maior representatividade no setor elétrico, deliberando em nome dos demais agentes do setor.
- (d) as categorias de Geração e Distribuição podem indicar um membro em comum para composição do Conselho de Administração.
- (e) todas as categorias podem indicar conselheiros para composição do Conselho de Administração.

26. Considere os seguintes resultados do cálculo de votos para participação em uma Assembleia Geral, com os respectivos montantes comercializados por Categoria:

Energia Comercializada nos últimos 12 meses, por categoria:

Geração: 87.750.923,87 MWh

Distribuição: 54.561.786,00 MWh

Comercialização: 33.657.568,91 MWh

Energia Comercializada nos últimos 12 meses, por agente:

Gerador 1: 4.387.546,194 MWh

Gerador 2: 3.510.036,955 MWh

Distribuidor 1: 3.819.325,020 MWh

Comercializador 1: 1.716.536,014 MWh

Total de Agentes: 1.000

Total de Votos do Mercado:

Uniformes: 5.000

Proporcionais: 95.000

Total de Votos por Agente:

Distribuidor 2: 2.555

Comercializador 2: 905

É correto afirmar que

- (a) o Gerador 1 tem um total de votos superior ao do Distribuidor 2.
- (b) o Comercializador 2 tem um total de votos superior ao do Comercializador 1.
- (c) a energia comercializada pelo Distribuidor 2 está entre 4.723.400 MWh e 4.723.500 MWh.
- (d) a soma dos votos do Gerador 2 e do Distribuidor 1 é inferior a 3.500 votos.
- (e) a energia comercializada pelo Comercializador 2 é inferior a 1.650.000 MWh.

27. Considere as seguintes afirmações sobre processos de desligamento de Agentes da CCEE:

- I. Um agente pode ser desligado da CCEE mesmo que sua participação seja obrigatória na Câmara.
- II. Para um agente ser desligado, deverá saldar todas as suas obrigações, especialmente as financeiras, em qualquer hipótese.
- III. As obrigações ou situações que, descumpridas, levam ao desligamento de um agente da CCEE são: inadimplência na liquidação financeira, não aporte de garantias e não pagamento de penalidades.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) II e III, apenas.
- (d) I e III, apenas.
- (e) I, II e III.

28. Sobre a comercialização de energia elétrica e os Ambientes de Contratação (ACR e ACL), pode-se afirmar:

- (a) Todos os contratos do ACR e alguns contratos do ACL precisam, obrigatoriamente, ser registrados na CCEE.
- (b) Os contratos podem ser registrados na CCEE entre as partes, mesmo que uma delas não seja agente da CCEE.
- (c) Participam do ACL os agentes de comercialização, de exportação e de importação, consumidores livres e consumidores especiais.
- (d) Os agentes de geração e de comercialização podem celebrar contratos tanto no ACR quanto no ACL, desde que comprovada a existência de lastro para venda e atendidas as condições regulatórias exigidas.
- (e) A CCEE efetua a liquidação e processa os pagamentos dos contratos dos agentes, sejam os mesmos registrados no ACR ou no ACL.

29. A competência que **NÃO** cabe ao Conselho de Administração da CCEE é:

- (a) Submeter à aprovação da Aneel propostas ou alterações de Regras e Procedimentos de Comercialização.
- (b) Aprovar a adesão e o desligamento de membros da CCEE.
- (c) Implantar e divulgar as Regras e Procedimentos de Comercialização.
- (d) Deliberar sobre o impedimento de registro de novos contratos no SCL, no caso de inadimplência do agente ou descumprimento de outras obrigações no âmbito da CCEE.
- (e) Submeter à Assembleia Geral, com seu parecer, os orçamentos e programas de aplicações dos resultados da CCEE, anuais ou plurianuais.

30. Com relação à comercialização de energia elétrica, prevendo a coexistência do ambiente de contratação regulada e ambiente de contratação livre, é **INCORRETO** afirmar:

- (a) Os leilões de ajuste promovidos no Ambiente de Contratação Regulada têm como objetivo possibilitar que os agentes da classe de distribuição possam realizar contratos de compra, com duração máxima de até 2 anos. Nesse tipo de leilão, não é previsto o rateio de montantes contratados, pois os vendedores fazem ofertas de acordo com a intenção de compra de cada agente de distribuição.
- (b) A Eletrobras é responsável por comercializar a Energia de Itaipu e dos empreendimentos vinculados ao Proinfa. A energia de Itaipu é negociada em sistema de quotas, com os Agentes de Distribuição localizados nos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste. Já os contratos do Proinfa são firmados com todos os agentes com característica de consumo em todos os submercados.
- (c) Os vendedores podem escolher livremente em qual dos dois ambientes a energia proveniente de sua usina será negociada.
- (d) Agentes vendedores no ACR podem atuar também como compradores no ACL.
- (e) Considerando todas as classes de agentes que podem participar dos leilões de energia existente, como vendedores, estão: os agentes geradores, autoprodutores e produtores independentes.

31. Um agente com pontos de consumo aderiu à CCEE em setembro de 2011, e está preparando o início de operações, no âmbito da CCEE, para janeiro de 2012. Com relação à apuração do cálculo e aporte de garantias financeiras, considere as afirmações a seguir:

- I. O início de aporte de garantias financeiras ocorrerá a partir do mês de janeiro de 2012.
- II. A partir da apuração de setembro de 2011, serão consideradas as expectativas de débito previstas para o mês de janeiro de 2012.
- III. A declaração de carga realizada pelo agente está sujeita à apuração de desvios de declaração.
- IV. Para os meses futuros, serão consideradas expectativas de pagamentos de encargos de serviços do sistema.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I e IV, apenas.
- (b) II e III, apenas.
- (c) III e IV, apenas.
- (d) I, II e III, apenas.
- (e) I, II, III e IV.

32. Com relação ao primeiro ciclo de contabilização e liquidação no mercado de curto prazo de um Agente, considere as seguintes afirmações:

- I. Para efetuar o aporte de garantias e para fins de liquidação financeira, o agente deve abrir conta corrente específica junto ao Agente Custodiante/Agente de Liquidação.
- II. Em caso de não pagamento pelo devedor, sua garantia aportada será utilizada para honrar seu compromisso.
- III. O valor apurado como débito na contabilização deve ser tratado de forma bilateral entre o Agente Devedor e o Agente Credor.
- IV. Os resultados decorrentes do processamento da liquidação financeira são divulgados aos agentes por meio de dois relatórios: o primeiro, com resultados a pagar ou a receber, e o segundo relatório apresenta o valor a liquidar e o valor liquidado pelo agente.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) III e IV.
- (d) I, II e III.
- (e) I, II e IV.

33. Uma usina termelétrica teve direito a receber encargos por Restrição de Operação em situação *constrained-on*. Isso significa que

- (a) a usina recebeu encargos porque injetou/retirou energia reativa do sistema.
- (b) o seu custo de operação é maior que o valor do PLD.
- (c) o seu custo de operação é menor que o valor do PLD.
- (d) o custo de operação da usina não tem relação com o valor do PLD.
- (e) a usina se manteve, durante um período em reserva, de prontidão por solicitação do ONS.

34. Dois Agentes A (Gerador) e B (Consumidor Livre) firmaram um contrato bilateral com ponto de entrega no submercado Sul. O Agente A está localizado no submercado Sudeste e o Agente B, no submercado Nordeste. Qual a exposição dos Agentes A e B no mercado de curto prazo, levando-se em consideração apenas os dados da tabela abaixo para a 2ª semana do mês de outubro de 2011, *patamar de carga médio*?

Obs: Não considerar no cálculo as perdas da Rede Básica.

Agente	Medição Total	Contrato bilateral firmado entre A e B
A	300 MWh	300 MWh
B	349 MWh	

PLD Sul	R\$ 77,00
PLD Sudeste	R\$ 85,00
PLD Nordeste	R\$ 62,00

- (a) O Agente A receberá R\$ 2.400,00 e o Agente B receberá R\$ 1.462,00 no mercado *spot*.
- (b) O Agente A receberá R\$ 6.900,00 e o Agente B pagará R\$ 3.038,00 no mercado *spot*.
- (c) O Agente A não terá exposição e o Agente B receberá R\$ 3.862,00 no mercado *spot*.
- (d) O Agente A não terá exposição e o Agente B pagará R\$ 3.038,00 no mercado *spot*.
- (e) Não há exposição ao Mercado de Curto Prazo por parte dos Agentes A e B, tendo em vista que valores de PLDs diferentes por submercado não interferem na contabilização dos Agentes.
35. Com relação à comercialização de energia incentivada e/ou especial, é **INCORRETO** afirmar que o consumidor
- (a) especial pode comprar energia convencional especial, sem direito a desconto na TUSD/TUST.
- (b) especial pode comprar energia incentivada especial, com direito a desconto na TUSD/TUST.
- (c) livre pode comprar energia de cogeração qualificada, com direito a desconto na TUSD/TUST.
- (d) livre pode comprar energia incentivada especial, com direito a desconto na TUSD/TUST.
- (e) livre e o especial podem adquirir energia incentivada e de cogeração qualificada, com direito a desconto na TUSD/TUST.
36. Considere as seguintes afirmações sobre Contratos Bilaterais firmados entre os Agentes no Ambiente de Contratação Livre.
- I. Se a contraparte compradora não fizer a validação mensal do contrato bilateral de curto prazo, o SCL faz modulação *flat*.
 - II. Se a contraparte compradora não fizer a validação do registro do contrato bilateral de curto prazo, o SCL faz modulação *flat*.
 - III. A soma dos meses informados para um contrato bilateral de longo prazo deve respeitar o valor anual informado.
 - IV. O contrato bilateral deve ser ajustado pela parte vendedora até MS+12 du.
 - V. A finalização do contrato é considerada como um ajuste pelo sistema e, portanto, pode ser realizada pela parte vendedora até MS+12 du, mesmo prazo do período de ajustes.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em

- (a) I.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) IV e V.
- (e) I, IV e V.

5) ONS

37. No Brasil, existe uma grande vantagem nas interligações elétricas. Sobre o significado dessas interligações e tal vantagem, é correto afirmar que decorrem do uso ótimo dos recursos

- (a) hídricos, pois dado o tamanho do Brasil e sua diversidade de regimes hidrológicos nas diferentes bacias, é possível otimizar a gestão global dos recursos e explorar as sinergias existentes. Isso aumenta a segurança em termos de atendimento e economicidade do sistema.
- (b) não renováveis, pois dado o tamanho do Brasil e sua diversidade de regimes hidrológicos nas diferentes bacias, é possível otimizar a gestão global dos recursos e explorar as sinergias existentes. Isso aumenta a segurança em termos de atendimento e economicidade do sistema.
- (c) não renováveis, pois, dada a abundância de petróleo descoberto no Brasil, é possível otimizar a gestão global dos recursos e explorar as sinergias existentes. Isso aumenta a segurança em termos de atendimento e economicidade do sistema, pois não há o problema da sazonalidade.
- (d) não renováveis, pois dado o tamanho do Brasil e sua diversidade de recursos naturais energéticos distribuídos, é possível otimizar a gestão global dos recursos e explorar as sinergias existentes. Isso aumenta a segurança em termos de atendimento e economicidade do sistema.
- (e) hídricos, pois todas as bacias hidrográficas do país apresentam o mesmo comportamento hidrológico, o que faz com que a melhor forma de operação seja a interligada.

38. Considere as seguintes afirmações sobre os “Procedimentos de Rede”:

- I. São documentos que estabelecem as sistemáticas e os requisitos técnicos necessários ao exercício do planejamento e programação da operação, supervisão, coordenação e controle da operação, administração dos serviços de transmissão, garantia de livre acesso à rede básica e proposta de ampliações e reforços na rede básica e nas DIT. Também estabelece as responsabilidades do ONS e dos agentes.
- II. Podem ser obtidos por via eletrônica no *site* da EPE.
- III. São documentos que estabelecem as sistemáticas e os requisitos técnicos necessários ao exercício do planejamento e programação da operação, supervisão, coordenação e controle da operação, administração dos serviços de transmissão, garantia de livre acesso à rede básica e proposta de ampliações e reforços na rede básica e nas DIT para a Geração Distribuída. Também estabelece as responsabilidades da Aneel, do ONS e dos agentes.
- IV. Podem ser obtidos por via eletrônica no *site* da Aneel, nos módulos que tratam da Geração Distribuída.
- V. Podem ser obtidos por via eletrônica no *site* do ONS.

Sobre as afirmações apresentadas, está correto apenas o contido em

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I e V.
- (d) II e III.
- (e) III e IV.

39. Com relação aos conceitos e definições de despacho de uma usina e quem coordena o despacho das usinas no Sistema Interligado Nacional, bem como de PMO e quais os principais resultados de sua execução e quem participa de sua elaboração, selecione a frase em que todas as afirmativas estão corretas.

- (a) Despacho é a energia demandada pela carga e consumida pelo sistema ao longo do tempo. A coordenação do despacho é feita pelo ONS. O PMO é o Programa Mensal de Operação Energética, que estabelece metas de geração de energia elétrica e as diretrizes elétricas e energéticas a serem alcançadas no mês em questão. Em sua elaboração, há participação dos agentes do setor elétrico envolvidos na Operação, sob coordenação do ONS.
- (b) Despacho é a energia demandada pela carga e consumida pelo sistema ao longo do tempo. A coordenação do despacho é feita pela Aneel. O PMO é o Programa Mensal de Operação Energética, que estabelece metas de geração de energia elétrica e as diretrizes elétricas e energéticas a serem alcançadas no mês em questão. Em sua elaboração, há participação dos agentes do setor elétrico envolvidos na Operação, sob coordenação da Aneel.
- (c) Despacho é a energia produzida pela usina e fornecida ao sistema ao longo do tempo. A coordenação do despacho é feita pelo ONS. O PMO é o Programa Mensal de Operação Energética, que estabelece metas de geração de energia elétrica e as diretrizes elétricas e energéticas a serem alcançadas no mês em questão. Em sua elaboração, há participação dos agentes do setor elétrico envolvidos na Operação, sob coordenação do ONS.
- (d) Despacho é a energia produzida pela usina e fornecida ao sistema ao longo do tempo. A coordenação do despacho é feita pela Aneel. O PMO é o Programa Mensal de Operação Energética, que estabelece metas de geração de energia elétrica e as diretrizes elétricas e energéticas a serem alcançadas no mês em questão, no próximo ano. Em sua elaboração, há participação dos agentes do setor elétrico envolvidos no Planejamento, sob coordenação da EPE.
- (e) Despacho é a energia produzida pela usina e fornecida ao sistema ao longo do tempo. A coordenação do despacho é feita pelo ONS. O PMO é o Programa Mensal de Operação Energética, que estabelece metas de geração de energia elétrica e as diretrizes elétricas e energéticas a serem alcançadas no mês em questão, no próximo ano. Em sua elaboração, há participação dos agentes do setor elétrico envolvidos no Planejamento da Expansão, sob coordenação do ONS.

40. Com relação aos principais critérios e premissas estabelecidos para o Plano Decenal de Energia (PDE) 2011–2020, selecione a frase em que todas as afirmativas estão corretas.

- (a) O critério básico de expansão é de igualdade entre o CME, Custo Marginal de Expansão de referência (no atual Plano de Expansão avaliado em 113 R\$/ MWh) e o CMO, Custo Médio de Operação para o horizonte de Expansão, subordinado a um risco máximo de racionamento de 5%, indicando que a expansão planejada atende ao critério econômico e a condicionante de risco de não atendimento à demanda.
- (b) O critério básico de expansão é de igualdade entre o CME, Custo Marginal de Expansão de referência (no atual Plano de Expansão avaliado em 113 R\$/ MWh) e o CMO, Custo Marginal de Operação, subordinado a um risco máximo de racionamento de 5%, indicando que a expansão planejada atende ao critério econômico e a condicionante de risco de não atendimento à demanda.
- (c) Como premissas do Plano Decenal, assumiu-se uma forte participação das energias renováveis a partir de 2014, contribuindo para desenvolvimento sustentável das fontes de geração, com uma importante expansão nuclear, além da entrada de Angra III e da expansão significativa das termelétricas a gás natural, aproveitando a disponibilidade que resultará da exploração do Pré-Sal.
- (d) Como premissas do Plano Decenal, assumiu-se uma forte participação das energias renováveis a partir de 2014, contribuindo para desenvolvimento sustentável das fontes de geração, com uma importante expansão nuclear, além da entrada de Angra III, não se considerando uma expansão significativa das termelétricas a gás natural, aproveitando a disponibilidade que resultará da exploração do Pré-Sal, até que seja comprovada sua economicidade.
- (e) O critério básico de expansão é de igualdade entre o CME, Custo Marginal de Expansão de referência (no atual Plano de Expansão avaliado em 113 R\$/ MWh) e o CMO, Custo Médio de Operação para o horizonte de Expansão, subordinado a um risco de racionamento de 10%, indicando que a expansão planejada atende ao critério econômico e a condicionante de risco de não atendimento à demanda.

6) Modelos Computacionais

41. Considere as seguintes afirmações sobre programas de simulação utilizados no Setor Elétrico Brasileiro.
- I. O DECOMP é um modelo para otimização hidrotérmica para subsistemas equivalentes, usado como ferramenta para o planejamento energético da operação.
 - II. O NEWAVE é um modelo para otimização da operação de curto prazo com base nas usinas individualizadas, cujo objetivo é determinar a estratégia de operação a curto prazo.
 - III. O NEWAVE complementa os programas ANAREDE e ANATEM para cálculo da confiabilidade elétrica do sistema.
 - IV. O DECOMP é um modelo para otimização da operação de curto prazo com base nas usinas individualizadas, cujo objetivo é determinar a estratégia de operação a curto prazo.
 - V. O NEWAVE é um modelo para otimização hidrotérmica para subsistemas equivalentes, usado como ferramenta para o planejamento energético da operação.
 - VI. O DECOMP complementa os programas ANAREDE e ANATEM para cálculo da confiabilidade elétrica do sistema.

Sobre as afirmações apresentadas, está correto apenas o contido em

- (a) I e V.
- (b) II e IV.
- (c) IV e V.
- (d) I, II e III.
- (e) II, III e IV.

42. Considere as seguintes afirmações sobre a Representação da Carga nos programas de simulação utilizados no Setor Elétrico Brasileiro:

- I. A carga pode não ser atendida pelas usinas hidrelétricas por não haver água nos reservatórios ou até mesmo haver água, mas seu valor econômico sinalizar forte escassez futura no caso de sua utilização; ou ainda, numa determinada hora de alto consumo, por não haver potência disponível nos conjuntos turbina-gerador das usinas.
- II. A carga é representada em dois patamares, englobando as horas de carga média e de carga pesada.
- III. Os blocos de carga agrupados nos diversos patamares (carga leve, média e pesada) cobrem a duração de cada etapa de estudo (semana ou mês, por exemplo), tendo, cada patamar representado, a duração proporcional à soma das horas de cada bloco da curva de carga original, considerado em sua composição.
- IV. A carga pode não ser atendida pelas usinas somente quando não houver combustível; ou, numa determinada hora de alto consumo, por não haver potência disponível nos conjuntos turbina-gerador das usinas.
- V. A carga é representada em três patamares, englobando as horas de carga leve, de carga média e de carga pesada.

Sobre as afirmações apresentadas, está correto apenas o contido em

- (a) I e II.
- (b) IV e V.
- (c) I, II e III.
- (d) I, III e V.
- (e) III, IV e V.

43. O CMO é o Custo

- (a) Médio de Operação do Sistema, resultante da utilização dos modelos usados para planejamento pela EPE e CCEE, representando, após o atendimento de todo o consumo, qual seria o custo adicional do atendimento de um incremento de carga, em cada região, utilizando-se como recursos a produção das plantas hidrelétricas, termelétricas e investimentos.
- (b) Marginal de Operação do Sistema, resultante da utilização dos modelos usados para planejamento da operação pelo ONS, representando, após o atendimento de todo o consumo, qual seria o custo adicional do atendimento de um incremento de carga, em cada região, utilizando-se como recursos a produção das plantas hidrelétricas e termelétricas.
- (c) Marginal de Operação do Sistema, resultante da utilização dos modelos usados para planejamento da operação pela Aneel, representando, após o atendimento de todo o consumo, qual seria o custo adicional do atendimento de um incremento de carga, no sistema elétrico brasileiro.
- (d) Marginal de Operação do Sistema, resultante da utilização dos modelos usados para planejamento da operação pela EPE e CCEE, representando, após o atendimento de todo o consumo, qual seria o custo adicional do atendimento de um incremento de carga, em cada região, utilizando-se como recursos a produção das plantas hidrelétricas, termelétricas e investimentos.
- (e) Médio de Operação do Sistema, resultante da utilização dos modelos usados para planejamento pela EPE e CCEE, representando, após o atendimento de todo o consumo, qual seria o custo adicional do atendimento de um incremento de carga, no sistema elétrico brasileiro.

44. Considere as afirmações a respeito das Funções de Custo Imediato e de Futuro, essenciais para o algoritmo de cálculo do despacho térmico e nível de armazenamento dos reservatórios nos Modelos NEWAVE e DECOMP:

- I. A Função de Custo Futuro representa, para um determinado estado do sistema interligado e estágio temporal "t", o custo total ótimo do sistema para atender à demanda prevista durante o estágio "t".
- II. A Função de Custo Imediato representa, para um determinado estado do sistema interligado e estágio temporal "t", o custo de operação térmica ótimo do sistema para atender à demanda prevista durante o estágio "t".
- III. A Função de Custo Futuro representa, para um determinado estado do sistema interligado e estágio temporal "t", o custo total ótimo do sistema para atender à demanda prevista desde o final do estágio "t" (início do estágio "t+1") até o final do horizonte de estudo.
- IV. Atingir um estado do sistema, ao final do estágio "t", com elevado armazenamento nos reservatórios implica Custo Imediato elevado durante o estágio "t" e Custo Futuro reduzido, enquanto que atingir um estado do sistema, ao final do estágio "t", com nível de armazenamento reduzido nos reservatórios, implica operação barata no presente e sinaliza custos elevados no futuro para atender à demanda.

Sobre essas afirmações, está estritamente correto apenas o contido em

- (a) I.
- (b) II.
- (c) III.
- (d) I e IV.
- (e) II, III e IV.

45. Considere a tabela a seguir, relacionando o Recurso utilizado para atender a um acréscimo de demanda em determinada região e o Custo Marginal de Operação (CMO) resultante nessa região.

	Recurso	Custo Marginal de Operação (CMO)
I	Geração Térmica	Custo de Operação da Usina Térmica mais barata que já esteja acionada.
II	Água Armazenada	Custo de Operação da Usina Térmica mais cara que já esteja acionada.
III	Vertimento Turbinável	Zero.
IV	Recebimento	Valor da Água.
V	Corte de Carga	Custo do Déficit.

Está estritamente correto apenas o contido nas linhas

- (a) III.
- (b) I e II.
- (c) I e IV.
- (d) III e V.
- (e) I, II e III.

46. Considere as afirmações a seguir, referentes à cadeia de modelos utilizados nos estudos energéticos e elétricos do Sistema Interligado Nacional:

- I. O acoplamento entre os Modelos NEWAVE e DECOMP se dá por meio da Função de Custo Imediato, calculada por intermédio do Modelo DECOMP.
- II. O acoplamento entre os Modelos NEWAVE e DECOMP se dá por meio da Função de Custo Futuro, calculada por intermédio do Modelo NEWAVE.
- III. O Modelo NEWAVE utiliza uma representação simplificada do sistema hidrelétrico, conhecida como “Reservatório Equivalente”, enquanto que o modelo DECOMP representa as usinas hidrelétricas individualmente.
- IV. A construção da Função de Custo Futuro utiliza um algoritmo conhecido como “Programação Dinâmica Dual Estocástica (PDDE)”, que constrói essa função iterativamente, alternando uma solução no sentido inverso do tempo, para cálculo de uma aproximação para a função de custo futuro em cada estágio “t”, com uma solução no sentido direto do tempo, que reavalia as decisões tomadas e, como consequência, os estados alcançados ao final de cada estágio “t”.

Sobre essas afirmações, está estritamente correto apenas o contido em

- (a) I.
- (b) II.
- (c) II e III.
- (d) I e IV.
- (e) II, III e IV.

Enunciado para as questões 47 e 48

Suponha um sistema interligado com apenas dois Submercados, no qual, para determinado momento durante sua operação, aplicam-se os valores constantes da tabela a seguir.

	GERADOR			Carga (MWmédios)	Valor da Água (R\$/MWh)	Custo Marginal de Operação (R\$/MWh)
	NOME	Capacidade Instalada (MW)	Custo Variável (R\$/MWh)			
Submercado 1	UHE 1	600	-	500	70	70
	UHE 2	400	-			
	UTE 1	300	80			
Submercado 2	UHE 3	250	-	1300	150	150
	UTE 2	400	45			
	UTE 3	500	100			
Intercâmbio	400 MWm					

Obs.: 1 MW médio = Valor de potência constante que, em um período de tempo fixado (1 mês, por exemplo), reflete a mesma energia que a curva real de potência, variável no tempo.

47. Determinar o despacho de cada gerador do sistema em MWmédios, sabendo que o despacho físico dos geradores hidrelétricos do Submercado 1 ocorre na proporção de suas respectivas capacidades instaladas e não há restrição de despacho físico mínimo para a geração hidrelétrica no sistema em estudo. Obtidos os valores solicitados, afirma-se que:

- I. No Submercado 1, os despachos são UHE 1 = 540 MWm; UHE 2 = 360 MWm; UTE 1 = 0 MWm.
- II. No Submercado 1, os despachos são UHE 1 = 360 MWm; UHE 2 = 240 MWm; UTE 1 = 300 MWm.
- III. No Submercado 2, os despachos são UHE 3 = 0 MWm; UTE 2 = 400 MWm; UTE 3 = 500 MWm.
- IV. No Submercado 2, os despachos são UHE 3 = 250 MWm; UTE 2 = 400 MWm; UTE 3 = 250 MWm.

Os valores corretos estão expressos apenas em

- (a) I e III.
- (b) I e IV.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) Nenhuma das afirmações.

48. Para o mesmo sistema interligado apresentado, e na mesma situação operativa, é correto afirmar que

- (a) o limite físico de intercâmbio da interligação entre os Submercados é indeterminado com os dados fornecidos.
- (b) a capacidade de transferência da interligação certamente foi atingida, posto que, se assim não fosse, o intercâmbio seria aumentado pelo Operador do Sistema, de modo a reduzir ainda mais o custo marginal do Submercado 1.
- (c) a capacidade de transferência da interligação certamente foi atingida, posto que, se assim não fosse, o intercâmbio seria reduzido pelo Operador do Sistema, de modo a reduzir o custo marginal do Submercado 2.
- (d) a capacidade física de transferência da interligação é de 400 MWm, impedindo que o Operador do Sistema aumente o intercâmbio até a obtenção da igualdade dos custos marginais entre os dois Submercados.
- (e) a capacidade de transferência da interligação não foi atingida, pois, se isso tivesse acontecido, os custos marginais de operação seriam iguais nos dois Submercados.

7) Código Civil Brasileiro

49. Com base nas regras a respeito dos institutos das “perdas e danos” (Artigos 402 a 405) e da “cláusula penal” (Artigos 408 a 416), do Código Civil, analise as seguintes afirmações:

- I. Não é juridicamente possível a estipulação de cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação.
- II. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- III. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em

- (a) I.
- (b) III.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e III.

50. A respeito do tema “contrato de seguro”, assinale a alternativa que, patentemente, **NÃO** apresenta nexos e verossimilhança com o regime jurídico dos contratos de seguro, previsto no Código Civil.

- (a) As declarações inexatas ou omissões no questionário de risco em contrato de seguro de veículo automotor não autorizam, automaticamente, a perda da indenização securitária. É preciso que tais inexatidões ou omissões tenham acarretado concretamente o agravamento do risco contratado e decorram de ato intencional do segurado.
- (b) Não é juridicamente possível cláusula que estabeleça, no caso de diminuição do risco no curso do contrato, a conseqüente redução do prêmio estipulado.
- (c) Não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação.
- (d) O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.
- (e) No contrato de seguro, o juiz deve proceder com equilíbrio, atentando às circunstâncias reais, e não a probabilidades infundadas, quanto à agravação dos riscos.

51. Quanto ao inadimplemento das obrigações em decorrência de caso fortuito ou força maior, é correto afirmar:

- (a) O implemento de caso fortuito ou força maior libera o devedor do cumprimento da obrigação, porém não o exonera de responder pelas perdas e danos incorridos pelo credor.
- (b) Diz-se caso fortuito ou força maior o fato necessário, decorrente de culpa ou dolo daquele que se obrigou e cujos efeitos não eram possíveis de se evitar ou impedir.
- (c) O caso fortuito ou força maior pode decorrer de ação ou omissão imputada a terceiro, cujos efeitos não eram possíveis de se evitar ou impedir.
- (d) É nula a disposição contratual que estabeleça ao devedor, em relação regida pelo Direito Civil, a responsabilidade do devedor pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.
- (e) A impossibilidade transitória ou definitiva de cumprimento da obrigação antes de seu termo, em decorrência de fato necessário, cujos efeitos eram possíveis de se evitar ou impedir, exonera o devedor do cumprimento da obrigação.

52. Sobre a extinção dos contratos, **NÃO** é correto afirmar:

- (a) Se decorrente de fato extraordinário, porém previsível dentre os riscos imputados a uma das partes, a onerosidade excessiva não autoriza a resolução do contrato.
- (b) Alternativamente à resolução por onerosidade excessiva, poderá o réu oferecer-se a modificar equitativamente as condições do contrato.
- (c) À parte prejudicada pelo inadimplemento de obrigação é dado pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento, sendo certo que o cumprimento da obrigação não afastará o dever de indenizar.
- (d) Celebrado o contrato por instrumento público e não sendo tal exigência prevista em lei ou no contrato, será válido o distrato celebrado por instrumento particular.
- (e) Não se autoriza a rescisão unilateral (imotivada) do contrato, se uma das partes já houver feito investimentos consideráveis para sua execução.

8) Mercado financeiro, de Capitais e Derivativos

53. A oscilação da taxa de câmbio é um risco, tanto para exportadores quanto para importadores. Um importador brasileiro, que importou automóveis norte-americanos a serem pagos em dólares em uma data futura, protege-se de uma desvalorização do real por meio da seguinte operação:
- (a) arbitragem, vendendo contratos futuros de dólares no mercado futuro.
 - (b) especulação, vendendo opções de dólares no mercado a termo.
 - (c) especulação, comprando contratos futuros de euros no mercado a termo.
 - (d) *hedge*, comprando contratos futuros de dólares no mercado a termo.
 - (e) *hedge*, vendendo opções de dólares no mercado futuro.
54. O impacto da elevação da inflação é sentido nas tarifas de consumo de energia elétrica, quando as revisões dessas tarifas levam um longo tempo até ocorrerem. São efeitos esperados da elevação da taxa de inflação sobre os resultados das distribuidoras de energia:
- (a) aumento da margem de lucro e valorização de suas ações negociadas em bolsa.
 - (b) aumento da margem de lucro e desvalorização de suas ações negociadas em bolsa.
 - (c) queda da margem de lucro e desvalorização de suas ações negociadas em bolsa.
 - (d) aumento da margem de lucro e queda dos lucros acumulados.
 - (e) queda da margem de lucro e crescimento nos lucros acumulados.
55. Um título privado de renda fixa é um instrumento financeiro que se presta à captação de recursos para financiamento em mercado de capitais. Quando a taxa de retorno de um título de renda fixa for menor do que a taxa de cupom,
- (a) o preço do título supera seu valor de face.
 - (b) o preço do título estará ao par.
 - (c) a *duration* desse título será positiva.
 - (d) o título está sendo negociado em mercado com deságio.
 - (e) o preço do título permanece constante, se negociado com deságio.
56. Um banco possui uma carteira de ações no valor total de R\$ 138 milhões, cuja variação histórica corresponde a 125% do IBOVESPA. Esse banco deseja se proteger contra uma queda nos preços de suas ações. No dia 10/08/2010, o IBOVESPA estava cotado a 58.200 pontos, e o índice futuro para outubro valia 60.000. Com base nessas informações e admitindo o valor de R\$ 1,00 por ponto negociado do IBOVESPA, o número de contratos a serem vendidos, uma vez que o investidor está se protegendo contra desvalorizações no IBOVESPA, é igual a
- (a) 2670
 - (b) 2760
 - (c) 2785
 - (d) 2875
 - (e) 2990

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia o seguinte texto:

Uma das típicas funções dos estudos de mercado é prover uma perspectiva de evolução do montante e da forma com que a energia disponível será utilizada pelos consumidores. De acordo com as características de disponibilidades das fontes de energia em cada região, ou país, é desenvolvida toda uma estratégia de evolução da disponibilidade energética, comumente designada como “Oferta”, em função da velocidade de crescimento do consumo, denominada “Demanda”.

Cabe ao Setor Energético, responsável pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda, prover um plano de ação no sentido de disponibilizar a oferta de energia, incorporando os demais aspectos estratégicos do governo, tais como crescimento econômico, produção industrial, desenvolvimento tecnológico, disponibilidades de recursos, premissas socioambientais e metas de qualidade de vida, entre outros. Outra questão relevante, neste prisma, está relacionada à sustentabilidade do suprimento de energia, associado à opção pela fonte energética, frente à volúpia da população por crescentes recursos energéticos. Internacionalmente, já se faz presente uma previsão não otimista quanto à disponibilidade de certos energéticos, dada a sua condição finita, como é o caso do petróleo, do gás natural e dos recursos hidráulicos.

Em países com suficiente organização para ponderar premissas e prioridades, em relação às metas técnico-econômicas e socioambientais, este trabalho é traduzido pela “Matriz Energética Nacional”, que reflete o consenso nacional e serve de base para os planejamentos dos setores produtivos do país, inclusive o elétrico.

O setor elétrico tem significativa responsabilidade no cumprimento das metas nacionais, tendo em vista a necessidade de viabilização do suprimento aos requisitos de consumo, pretendidas por planos específicos dos diversos atores do processo.

O Setor Elétrico, até meados da década de 90, vinha se propondo a efetuar parte do trabalho de homogeneização das premissas nacionais, através da transparência de suas pretensões de longo prazo (cerca de 25 anos), abrindo os mesmos às críticas, num primeiro momento (Plano de recuperação do setor elétrico nacional – 1986/87, o Plano 2010 - 1988/89 e o Plano 2015 – 1994/95), passando a discutir com a sociedade as premissas e condições econômicas e socioambientais do país, visando obter um plano de evolução do crescimento da oferta e do sistema elétrico de forma geral, que contemplasse, também, as perspectivas nacionais e dos demais setores.

Com a privatização do Setor Elétrico Brasileiro, o planejamento deste setor, que tinha caráter determinativo, passou a ser indicativo, ou seja, o setor apresentaria as suas necessidades na forma de um plano de atendimento ao mercado e os investidores, de posse das premissas anunciadas, viriam a se candidatar à execução e exploração comercial das mesmas.

Porém, em face de problemas organizacionais nos aspectos regulatórios, no mecanismo de licenciamento ambiental das obras, e nos significativos montantes econômicos associados às plantas hidroelétricas, criou-se um risco exagerado que veio a afugentar os possíveis investidores.

Esta situação foi uma das principais responsáveis pelo período de racionamento vivenciado pelo país no biênio 2001/2002. Diversos foram os mecanismos buscados pelo governo para tornar atrativos e confiáveis os investimentos em plantas de Geração de Energia Elétrica, principalmente pela consolidação da Empresa de Planejamento Energético – EPE. Entretanto, até o presente, têm sido as empresas estatais as maiores investidoras nestes projetos, e as maiores dificuldades são impostas pelos processos de licenciamento ambiental.

Faça uma análise crítica do texto apresentado, por meio de uma redação dissertativa, levando em consideração os seguintes aspectos:

- **perspectivas de evolução do Setor Elétrico Nacional;**
- **dificuldades previsíveis em relação aos licenciamentos ambientais dos empreendimentos;**
- **possíveis alternativas de evolução da oferta de energia neste cenário.**

Instruções: Seu texto deverá

- **seguir as normas da língua portuguesa padrão;**
- **ser escrita a tinta e de modo legível;**
- **ter entre 30 e 50 linhas.**

Obs.: O rascunho NÃO será considerado para a correção.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA
(Não será considerado na correção)

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA (cont.)
(Não será considerado na correção)

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

